

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



12/07/2019
QUARTA-FEIRA

LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





GIRO



**Caio Henrique
Salgado**

caio.salgado@opopular.com.br

Aos poucos

O governo de Ronaldo Calado (DEM) começou a devolver parte dos R\$ 400 milhões em antecipação de ICMS que foram usados pelas gestões anteriores. A estimativa da equipe econômica é de que R\$ 200 milhões sejam pagos às empresas, através de desconto durante a cobrança de impostos, até o final do exercício de 2019.



Diomício Gomes



Para concluir obras no Hospital em Águas Lindas, governo precisa de R\$ 27,1 milhões

Sebastião Nogueira - 9.06.18



População de Uruaçu visitou hospital no dia da inauguração da primeira etapa, no ano passado

Hospitais vão custar R\$ 91,1 mi

SAÚDE Construções em Águas Lindas e Uruaçu chegaram a ser inauguradas, mas nunca abriram as portas. Obras devem ser retomadas neste 2º semestre, com previsão de entrega para 2020

Catherine Moraes
catherine.moraes@opopular.com.br

Com obras iniciadas em 2013, os Hospitais Regionais de Uruaçu e Águas Lindas de Goiás devem ser entregues no 2º semestre de 2020. A afirmação é do secretário estadual de Saúde, Ismael Alexandrino, que garantiu que os trabalhos nas unidades serão retomados ainda neste semestre. A expectativa é de que mais de 2 milhões de habitantes da Região Norte do Estado e do Entorno do Distrito Federal sejam beneficiados. No total, a finalização dos hospitais ainda deve custar R\$ 91,1 milhões frutos do tesouro estadual e também de emendas federais.

Na manhã de ontem, a Secretaria de Estado de Saúde (SES) apresentou o balanço dos primeiros seis meses de gestão do governo e ressaltou a importância da finalização das unidades. De acordo com Ismael Alexandrino, no total, a unidade de Águas Lindas ainda deve custar R\$ 27,1 milhões: R\$ 12,1 milhões para obra e 15 milhões para equipamentos. Já Uruaçu vai precisar de R\$ 64 milhões, sendo R\$ 32 milhões para obra e R\$ 32 milhões de equipamentos. O secretário afirma que, deste valor, R\$ 27 milhões são oriundos de emendas federais e o restante do tesouro estadual.

Segundo a pasta, em Uruaçu serão 238 leitos de internação, e 30 de Unidade de Terapia Intensiva (UTI): 20 adultos, 10 pediátricos e 10 neonatais.

O Hospital Regional de Uruaçu chegou a ser inaugurado em julho do ano passado e um relatório técnico apontava que 95% da obra já estava concluída.

A realidade, entretanto, era bem diferente e o que a nova gestão encontrou foi subestação elétrica sem fio, centro cirúrgico inacabado e área administrativa na fundação.

Já no Entorno, a previsão é de disponibilizar 137 leitos de internação e outros 30 de UTI: 10 adultos, 10 pediátricos e 10 neonatal.

A unidade de Águas Lindas também passou pela inauguração de uma primeira etapa em abril de 2018, mas não chegou a funcionar.

Por lá, havia ainda um embargo da Controladoria Geral da União (CGU) por conta de irregularidades na execução da obra. “De que adianta inaugurar um hospital que não funciona?”, questionou o governador Ronaldo Caiado.

OBRA PARADA

Em Santo Antônio do Descoberto, a obra do hospital regional iniciada em fevereiro de 2001, ainda não tem data para

ser retomada. Isso porque, no ano passado, perdeu a verba destinada pelo governo federal, por meio de convênio, porque o prazo para a construção expirou. Além disso, a obra possuía inconsistências na execução e relatórios da controladoria apresentaram irregularidades. A projeção era atender de 8 a 12 mil pacientes por mês.

“As obras em Santo Antônio estão completando quase duas décadas e a verba virlia do governo federal. O convênio terminou e várias irregularidades foram apontadas pela Controladoria Geral da União (CGU). Não existe verba destinada para ele nem federal, nem estadual porque a gestão passada não colocou isso no orçamento. Estamos fazendo estudos para uma programação e não existe nenhum prazo ainda”, completou o secretário Ismael Alexandrino.



De que adianta inaugurar um hospital que não funciona?”

Ronaldo Caiado,
governador de Goiás

Governo aposta em regionalização

O governador Ronaldo Caiado está defendendo uma regionalização da Saúde e afirmou que a ação não significa, necessariamente, construção de hospitais e políclínicas. Ainda assim, além da retomada das obras dos Hospitais Regionais de Uruaçu e Águas Lindas, anunciou a abertura de quatro políclínicas até o final de 2019. As unidades serão instaladas em Posse, Santa Terezinha, Golanésia e Quirinópolis. Novos convênios também estão sendo firmados em Goiás, Anápolis, Catalão e Jataí.

“Políclínicas serão instaladas nas regiões mais carentes do Estado de Goiás, com a maior demanda e sem a presença, sequer, de estruturas para identificar e diagnosticar pacientes. Nosso objetivo é regionalizar cada vez mais a Saúde. A regionalização não impõe a necessidade da construção e pode ser feita em um processo de convênios com estruturas existentes como estamos fazendo com o Hospital São Pedro de Alcântara na Cidade de Goiás, no Hospital Padre Tlago, em Jataí e também

com as unidades da Santa Casa em Catalão e Anápolis. Vamos expandir mas teremos o controle do número de procedimentos que terão que entregar em contrapartida ao Estado”, pontuou o governador.

Apesar de duas políclínicas serem previstas para Golanésia e Quirinópolis, o secretário de Saúde Ismael Alexandrino afirma que não irão funcionar nas unidades dos Centros Estaduais de Referência e Excelência em Dependência Química (Credeqs). Segundo ele, a estrutura física e de pacientes é diferente e além de não se enquadrarem como Comunidades Terapêuticas, os Centros que são registrados no Ministério da Saúde como hospitais, também não exercem este papel. “Não sei se isso não foi bem pensado anteriormente, mas o Credeq hoje é impagável pelo Ministério da Saúde. O que existe em Aparecida será modificado na modalidade contratual. Ampliaremos serviços e especialidades. Hoje não existe no Ministério da Saúde uma definição para o projeto existente.”



Xadrez

Venceslau Pimentel | xadrez@ohoje.com.br

Omissão

Filha da ex-senadora Lúcia Vânia, a ex-secretária da Fazenda, Ana Carla Abrão, está na mira do TCE, que julgou irregulares as contas de 2015. Apontou nove irregularidades, uma delas por não prestar contas de orçamento.

CONTAS



DETRAN

Tribunal de Contas suspende redução no valor da taxa de vistoria

DA REDAÇÃO

O povo não dá sorte. O Detran propôs reduzir a taxa de vistoria no valor de R\$ 175,76 para R\$ 108,00, mas o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) acatou, na quarta-feira, 10, pedido da empresa Sanperes Avaliação e Vistorias em Veículos Ltda para que o valor seja mantido 38% mais caro do que o previsto.

A Resolução Normativa nº 0151/2019-CR, da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR), que reduziu a tarifa da vistoria veicular no Detran (GO), está temporariamente suspensa, mas cabe recurso da decisão, que é cautelar e precária.

A empresa alegou “falta de fundamento legal na redução da tarifa, com violação dos termos do edital e do contrato”.

Assinada pelo conselheiro Sebastião Tejota, a decisão impede a redução dos valores até uma posição final da corte de contas. O Detran entende que o tema não pode ser judicializado, já que não ocorre quebra de contrato, mas apenas uma mudança do valor da tarifa.

Na mesma decisão, o TCE multou a concessionária Sanperes Avaliação e Vistorias em Veículos Ltda em R\$ 14.084,44 por realizar repasses em valores “inferiores àqueles devidos ao Detran (GO)”.



'Se matamos uma pessoa somos assassinos. Se matamos milhões de homens, celebram-nos como heróis.' - Charles Chaplin

Café da Manhã

ULISSES AESSE

ulissesaesse6@gmail.com

É preciso rever a política de incentivos fiscais em Goiás

Há tempo que empresários goianos não investem em **Goiás**. Um dos motivos, sem dúvida, é a crise financeira que atinge todo o **País** e faz com que os investimentos sejam contidos por não terem (os empresários) certeza de onde o **Brasil** vai parar. A antiga política de incentivos adotada pelo **governo estadual** não deixa de ser



'paternalista' para alguns e 'draconiana' para outros. Grandes empresários conseguem polpudos incentivos, de fato, e acabam gerando poucos empregos. Goiás, de fato, precisa rever essa política de 'investimentos', de 'incentivos', a fim de não 'glorificar' os grandes e 'sacrificar', como sempre, os pequenos. Mesmo que a *grita* seja grande, como já começaram os alcoviteiros de plantão, ameaçando deixar o **Estado** ou diminuir os seus investimentos, que de fato, só acontecem porque o governo tem sido grande 'paizão'. O governador **Ronaldo Caiado** (foto) não está errado em rever essa política, que, com o passar dos anos, foi desvirtuada e acabou favorecendo apenas um grupo de empresários. Não há porque insistir nessa cantilena de que sem a política de incentivo, Goiás perderá parte de suas indústrias. Porque se for para ser assim, que assim seja.



Fio Direto

SUELY ARANTES

arantes.sueli@gmail.com

Contas da Sefaz de 2015 são julgadas irregulares e ex-secretária é multada

O Tribunal de Contas do Estado julgou irregulares as contas anuais relativas ao exercício de 2015, prestadas pela ex-secretária da Fazenda (Sefaz) Ana Carla Abrão Costa. A decisão, tomada por meio de acórdão relatado pelo conselheiro Kennedy Trindade, na sessão plenária de ontem, foi aprovada por unanimidade. De acordo com o relatório, as irregularidades são decorrência das falhas de abertura de crédito adicional sem a indicação da fonte de recursos; déficit na execução orçamentária; omissão no dever de prestar contas da unidade orçamentária 9995– Tesouro Estadual; superavaliação do ativo, em face de erro na inscrição de valores na rubrica realizável; omissão de valores no inventário dos bens móveis e imóveis; reavaliação de bens baseado em metodologia não prevista na legislação; aplicação incompleta da mensuração de ativos pelo modelo de reavaliação; ausência de controle do almoxarifado, de acordo com o princípio da competência; superavaliação do ativo, em decorrência de falta de baixa do ativo transitório e superavaliação do passivo, por falta de cancelamento de restos a pagar e em virtude de erro na inscrição de valores na rubrica

Outras Exigibilidades.

Kennedy Trindade aplicou multa à ex-secretária no percentual de 50% do valor máximo de referência do TCE, em virtude das irregularidades constatadas. O acórdão fixou prazo de 15 dias para comprovar o recolhimento do valor correspondente à multa.

